

**XI CINFORM – Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
19 a 21 de agosto de 2013 • Escola Politécnica/UFBa • Salvador – Bahia
Mundo digital: uma sociedade sem fronteira?**

A IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLE DE AUTORIDADE EM SISTEMAS BASEADOS EM DSPACE

THE CONTROL AUTHORITY IMPLEMENTATION IN DSPACE DEVELOPED SYSTEMS

Washington Ribeiro Segundo

Tecnologista IBICT, Mestre em Informática/UnB,
washingtonsegundo@ibict.br

Mariana Giubertti Guedes

Bibliotecária IBICT, Mestre em Ciência da
Informação/UnB, mari_biblio@hotmail.com

Morgana Andrade

Bibliotecária UFES, Doutoranda em Tecnologia e Sistemas
de Informação - Universidade do Minho,
morganaandrade@hotmail.com

Milton Shintaku

Tecnologista IBICT, Mestre em Ciência da
Informação/UnB, shintaku@ibict.br

Resumo: O controle de autoridade é uma facilidade importante no processo de catalogação, por isso é muito utilizada nos sistemas informatizados de gerenciamento de acervos bibliográficos, no entanto é pouco implementada em outros sistemas. Cenário que tem mudado com o surgimento de novas ferramentas informatizadas que disponibilizam documentos digitais em sua forma completa, o que requer descrição acurada do documento, tal como ocorre nos repositórios digitais. O DSpace, *software* utilizado mundialmente para implementação de repositórios possui essa facilidade. Entretanto o controle de autoridade ainda não é muito utilizado em sistemas desenvolvidos com DSpace no Brasil, mesmo tendo sido desenvolvido na versão 1.6 em meados de 2010. Um dos motivos seria o desconhecimento técnico dos administradores, ou falta de documentação em português dessa facilidade. Assim, o presente documento tem por objetivo contribuir para o preenchimento desse hiato. Nesse sentido, apresenta-se o embasamento teórico que ampara a facilidade e a forma de adequação da ferramenta para o seu uso.

Palavras-chave: Controle de autoridade; Repositório digital; DSpace.

Abstract: Authority Control is a important facility on the cataloging process, therefore it is widely used at the informatized bibliographic management systems, however it is hardly implemented at others systems. This scenario has changed with the growing of new informatic tools that provides digital documents on its complete version, they need a accurated description of the document as happens on the digital repositories. The DSpace, worldwide software of repository implementations has this facility. However the authority control is not very used at DSpace systems in Brazil, although it had been developed in the 1.6 version at 2010. One of the reasons could be the lack technical knowledge of the administrators or the sparse documentation in portuguese language about this facility. Thus, this document has the intention of contribute on decrease this gap. Thereby, it presents the theoretical that supports the facility and the way to adequate the tool for his use.

Keywords: Authority Control. Digital repository. DSpace.

INTRODUÇÃO

Desde que a humanidade iniciou o registro e preservação de informações houve a necessidade de desenvolver mecanismos para recuperá-las. Um mural entalhado em pedra no templo de Edfu já descrevia os documentos contidos em sua biblioteca, revelando a preocupação no registro da informação, ou metainformação, desde a antiguidade. Desde então, a evolução alavancada pela tecnologia tem apoiado o registro da informação e as formas de recuperação.

Atualmente, a preocupação com a recuperação pode ser observada mais fortemente nos sistemas informatizados mantidos pelas bibliotecas, principalmente nas bibliotecas acadêmicas. Cada vez mais as ferramentas de busca, ou descoberta e entrega, implementam facilidades mais complexas com o intuito de fornecer serviços mais condizentes com as necessidades dos usuários.

Nesse sentido, nota-se que muitas das facilidades desenvolvidas para os sistemas de gerenciamento de acervos bibliográficos têm sido implementadas em outros sistemas informatizados. Em alguns casos mantiveram-se as mesmas estruturas e formas, em outros houve uma atualização, adicionando-se melhorias que a tecnologia pode ofertar.

Nesse contexto, pode-se considerar o controle de autoridade, facilidade comum nos sistemas de gerenciamento de acervos bibliográficos, que pode ser aplicado a sistemas Web e acrescenta vantagens. Segundo Tillett et al. (2008), o controle de autoridade para o meio Web pode apoiar substantivamente o intercâmbio de dados para diminuir custo no processo de catalogação. Assim, o processo de catalogação pode ser estendido a qualquer sistema que necessite de descrição de documentos no formato digital.

CONTROLE DE AUTORIDADE

A organização da informação é um processo necessário para o acesso e a preservação de informações, pois resulta na descrição física e de conteúdo, tendo como produto a representação da informação, o que corresponde ao conjunto de elementos descritivos que não representam os atributos de documentos específicos (BRASCHER; CAFÉ, 2008). No que se refere ao processo de organização, dentro do contexto de organização da informação, pode-se destacar três processos: catalogação, classificação e indexação de conteúdos.

Segundo Fusco (2010), a catalogação exerce a função de mediação entre uma possível informação e um usuário, já que é a partir de um catálogo e um ambiente sistemático informacional eficiente, que o usuário poderá encontrar um conteúdo que satisfaça sua necessidade e gere nele conhecimento que poderá, então, ser chamado de informação.

No contexto atual, a catalogação tem como principais desafios à representação dos recursos disponíveis nos mais diversos meios e a interoperabilidade entre as bases onde esses recursos estão armazenados. Assim, essa área tem como um dos principais desafios assegurar o acesso e a recuperação desses recursos pelos usuários, independente de sua localização (FUSCO, 2010).

A atividade de catalogação integra o processo do ciclo documental, que Robredo (2005) define, do ponto de vista da organização da informação, como um sistema que se fundamenta em três segmentos: entrada, tratamento/processamento e saída. O processamento técnico em bibliotecas tem como objetivo representar conteúdos para possível recuperação. Dentre as principais operações, segundo o autor, na parte de processamento técnico do documento, destacam-se: registro, descrição bibliográfica, análise, indexação, armazenagem dos documentos, armazenagem da representação condensada dos documentos e processamento da informação condensada.

Ao adquirir determinado documento, a biblioteca atribui um registro para a obra e, a partir da descrição bibliográfica, identifica este como único no acervo. Todas as informações

descritivas do documento são registradas, por exemplo: responsabilidade da obra, título do trabalho, editor, volume, data, paginação, idioma, entre outros. Após registro, é feita análise de conteúdo do documento, buscando-se representá-lo com sentenças ou frases. Desta forma, é possível indexá-lo, identificando conceitos que englobe o assunto, e expressando-os na terminologia utilizada pelo autor, em uma linguagem natural, por termos de significação unívoca, ou por meio de códigos, como linguagens documentárias, descritores, sistemas de classificação, entre outros métodos.

A catalogação, inserida no processamento técnico, se caracteriza na representação do item. Segundo Mey (1995, p. 5):

Catalogação é o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.

O produto da catalogação é o catálogo, que reúne “[...] dados resultantes dos processos descritivos e temáticos da catalogação, além dos dados de classificação e circulação, e atuam como uma ferramenta para o acesso à informação [...]” (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2012, p. 7).

A catalogação se constitui de três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização. Na descrição bibliográfica caracteriza-se o item, extraindo toda informação que o individualize, tornando-o assim único entre os demais. Os dados de localização, por sua vez, são as informações que permitem a localização do item no acervo. O ponto de acesso, segundo o Código Anglo-Americano de Catalogação - AACR2 (2004), é o nome, termo, código sob o qual pode ser localizado e identificado um registro bibliográfico.

Os pontos de acesso são rigidamente controlados, de forma a não haver ambiguidade ou dúvida na informação. Diferentemente da descrição, que se atém ao item, os pontos de acesso são escolhidos e determinados pelo catalogador, de acordo com regras e normas, contidas em diversos instrumentos de auxílio (MEY, 1995, p. 39).

O surgimento de novos formatos e tecnologias e o volume de recursos digitais motivaram o desenvolvimento de um modelo de catalogação que atendesse a novos paradigmas e iniciativas, como a Web Semântica. Para tanto criou-se a *Resource Description Access* (RDA). O RDA foi desenvolvido pelo *Joint Steering Committee* (JSC) for *Development of RDA* com a colaboração da *American Library Association*; e do *Australian Committee on Cataloguing*; além da *British Library*; e do *Canadian Committee on Cataloguing*; e também do *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP) e da *Library of Congress* (LC). Esse modelo foi desenvolvido com base no AACR2, nos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e nos Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) (FUSCO, 2010).

E ainda, em ambientes digitais para organização de informação, utiliza-se padrões para descrição dos documentos, os metadados, definidos como “[...] informação estruturada sobre outras informações ou recursos” (BORBINHA, 2003, p. 3, tradução nossa). Para Fusco (2011, p. 43-44), no contexto da catalogação, os metadados são “[...] elementos de representação de recursos resultantes do processo de construção do catálogo utilizando como requisitos informacionais as regras de catalogação, padrões de intercâmbio de dados e necessidade de organização.” Tem-se como exemplo, o modelo conceitual FRAD, contemplado pelo RDA, que apresenta os requisitos funcionais para o controle de autoridades e o intercâmbio internacional de dados de autoridade.

O RDA contempla a descrição (*Description*) em que inclui também os relacionamentos (*Relationship*), baseados no modelo de relacionamentos do FRBR, e do controle de pontos de acesso (*Access Point Control*) onde estão inseridos o conteúdo de autoridade dos registros bibliográficos (CASTRO, 2008). Entende-se autoridade como a identificação das entidades que representam os pontos de acesso necessários para a

identificação de autoria e título dos recursos. Esse modelo centra-se nos dados, promovendo o controle de autoridades com o objetivo de atender as necessidades dos usuários finais (PATTON, 2009). Os pontos de acesso se apresentam de forma padronizada, caracterizando o cabeçalho da informação. Mey (1995, p. 62) sistematiza várias regras na escolha do nome que será base num cabeçalho de autoridade, priorizando escolhas do nome a ser considerado principal no registro. Entre os possíveis casos, destaca-se a variação do nome em diferentes obras e o uso de pseudônimo.

Na fase correspondente à descrição bibliográfica do documento, ou ao processamento técnico, são executados os procedimentos referentes ao processo de classificação e de catalogação.

A classificação adotada pode seguir a mesma política da biblioteca ou optar por um sistema que seja mais adotado ou recomendado. As Diretrizes Driver 2.0, por exemplo, recomenda a utilização da Classificação Decimal de Dewil - CDD (DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH, 2009).

A catalogação, por sua vez, possui um aspecto mais crítico, pois muitas das facilidades relacionadas à recuperação dependem diretamente desse procedimento. A normalização das informações inseridas nesse procedimento pode representar um ganho substantivo nos processos de recuperação e apresentação dos documentos. Ambos os processos permitem uma melhor recuperação dos recursos.

Quando se tem um sistema informatizado, muitos campos tornam-se mais que pontos de acesso, transformando-se em *links* que podem remeter a outros documentos. Campos como autor e assuntos são próprios para esta facilidade. Assim, o nome do autor de um documento pode remeter a todos os outros documentos desse autor. No entanto, para que essa facilidade seja plenamente implementada, requer-se que o campo esteja normalizado.

Muitos fatores são considerados na adoção de um critério para o controle de autoridade, inclusive o idioma, neste caso, deve-se considerar o idioma da nacionalidade do autor. Por exemplo, para as línguas portuguesa, inglesa, francesa e italiana, segue-se a regra de que o sobrenome é o último elemento do nome. Na língua portuguesa tem como exceção o caso de Júnior, Filho, Neto, Sobrinho e assemelhados, como na língua inglesa, Junior e Senior. Na língua espanhola, o sobrenome é o penúltimo elemento do nome, já nas línguas chinesa e húngara, o sobrenome é o primeiro elemento do nome.

No entanto, Mey (1995) destaca que a catalogação deve possuir características, dentre elas, a consistência, o que justifica o uso de controle de autoridade. Segundo Assumpção e Santos (2012), a necessidade de controle de autoridade sempre esteve presente na história da catalogação descritiva, e com o advento da Web Semântica, essa necessidade é reforçada. O controle de autoridade se resume na ação de concentrar em um único registro todas as formas de referenciar uma determinada autoridade, com remissivas para a variação do nome, com o objetivo de facilitar sua recuperação.

Segundo Cunha e Cavalcante (2008), o controle de autoridade tem como função o estabelecimento, a manutenção e o uso de lista autorizada (ou de autoridade), que regula as formas de nomes, assuntos, títulos uniformes, entre outros, utilizados no catálogo ou base de dados.

Há ainda a ocorrência de dois termos na catalogação descritiva que são associados ao controle dos pontos de acesso: controle de autoridade (*authority control*) e trabalho de autoridade (*authority work*). A distinção destes dois termos é discutida na literatura e muitas vezes eles são empregados como sinônimos (ASSUMPCÃO; SANTOS, 2012). Burger (1985) aponta diferença entre eles. Para o autor, o controle de autoridade é dirigido ao ponto de acesso e ao catálogo, e serve para recuperar e coletar. Já o trabalho de autoridade consiste em processos, que vão desde a criação até a avaliação do sistema.

Um fato agravante no sentido do uso de uma base de normalização é relatado por Herrero Pascual (1999). Ele apresenta a preocupação de que, segundo o Controle Bibliográfico Nacional, cada agência bibliográfica nacional deve estabelecer a autoridade do nome dos autores nacionais e estrangeiros, e, por outro lado, deve também reutilizar formas de autoridade estabelecidas pelas agências dos países de origem. Tais princípios não são fáceis de realizar, entre outras razões, porque nem todas as agências geram um arquivo de autoridade, e há ainda barreiras no acesso de arquivos oficiais de agências estrangeiras.

E ainda no que concerne ao uso de metadados para ambientes virtuais, pela diversidade de iniciativas e projetos, surge a questão da padronização. “Cada domínio define suas necessidades informacionais e diante delas escolhe-se o padrão de metadados que melhor atende a elas” (FUSCO, 2011, p. 45). O controle de autoridade busca a padronização, que propicia a otimização da consulta por autoria e a interligação de dados, ações extensivamente suportadas pelo ambiente Web.

Kurki e Hyvonen (2009) também pontua a importância da Web semântica em relação ao controle de autoridade. A Web semântica é uma forma de identificar entidades usando *Uniform Resource Identifiers* (URI), ou seja, um conjunto de caracteres utilizado para identificar ou localizar um recurso. As várias representações linguísticas de uma identidade são representados como propriedades literais ligados à URI usando o *Resource Description Framework* (RDF) - linguagem para representar a informação na Web - para descrever recursos. Ao transformar os dados de autoridade sobre os atores em formatos baseados em RDF da Web Semântica, este dado torna-se parte dos dados da Web. Dessa forma, desenvolve-se uma rede de dados enlaçados na Web, apoiado pela tecnologia e regras, que enriquece o significado, permitindo uma contextualização e um melhor entendimento da informação.

Assim, para Kurki e Hyvonen (2009), na Web semântica, registros de autoridade são usados de duas maneiras: forma tradicional de controle de autoridade: ou então, os arquivos de autoridade RDF podem ser explorados como um repositório de conteúdo reutilizável para aplicações. Em contraste com o controle de autoridade tradicional, a Web semântica é baseada em URIs e uma rede semântica RDF para conectá-los. O que configura ontologias compartilhadas e raciocínio lógico baseado em interpretações semânticas de padrões internacionalmente definidos.

SISTEMAS INFORMATIZADOS RELACIONADOS ÀS BIBLIOTECAS

Tradicionalmente os sistemas gerenciadores de acervo são os sistemas próprios das bibliotecas, entretanto, com a mudança de suporte tecnológico, do impresso para o digital, cada vez mais diferentes tipos de sistemas têm feito parte do ambiente biblioteconômico. Tarapanoff, Araujo Júnior e Commier (2000) afirmam que as bibliotecas são apropriadas para serem as detentoras da salvaguarda da informação. Assim, elas têm também o papel de ofertar outros serviços relacionados à informação.

Nesse contexto, muitas bibliotecas acadêmicas estenderam o tradicional suporte ao sistema gerenciador de acervo, aos múltiplos sistemas de informação. Destacam-se entre estes os repositórios institucionais, que têm a função de manter a produção intelectual da instituição. Segundo Crow (2002), os repositórios institucionais acadêmicos centralizam, preservam, tornam acessíveis e disseminam a produção intelectual de uma universidade. E as bibliotecas, por meio dos repositórios, concretizam a ação de fornecer acesso digital, via Web, aos documentos em texto integral.

Aguillo et al. (2010) propuseram indicadores de visibilidade das instituições baseadas nos repositórios, desenvolvendo *ranking* conforme a produção intelectual disponível na Web.

Seguindo esta vertente, as bibliotecas que mantêm repositórios assumem papel mais ativo na disseminação da produção intelectual de uma universidade e na visibilidade da instituição.

Ademais, para a implementação dos repositórios, segundo o *Registry of Open Access Repositories* (ROAR), o *software* mais utilizado no mundo para criação de repositórios de acesso aberto é o DSpace. Muitas universidades brasileiras seguem a tendência mundial, pois atualmente 40 universidades e instituições de pesquisas possuem repositórios implementados com DSpace, conforme relatou o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

O DSpace é uma ferramenta extremamente customizável e oferece uma vasta gama de facilidades, o que permite uma adequação ampla a cada caso de uso. Grande parte das funções ofertadas, na sua forma padrão, objetiva a organização da informação, seja na forma de apresentação, seja nos processos que envolvem a entrada dos documentos no repositório.

Em uma primeira ação, o recurso é categorizado de acordo com as coleções. Essa organização compreende, nos repositórios digitais, a escolha da coleção, ou coleções, em que o documento será depositado. Procedimento que, em geral, possui relação com a estrutura adotada pelo repositório e suas políticas, visto que o DSpace permite que um documento possa ser depositado em uma coleção e mapeado para outras. Assim, um documento digital pode estar presente em mais de uma coleção, e ter sido depositado em apenas uma.

No Brasil, muitas universidades replicam sua estrutura organizacional em seus repositórios, mas relativizam este quadro, realizando desdobramentos temáticos nas coleções. Assim faculdades, institutos e departamentos refletem divisões disciplinares. Mas há a possibilidade de que um documento publicado por membros da universidade pertencentes a departamentos diferentes seja compartilhado em uma mesma coleção temática.

Para tanto, o DSpace, entre outras facilidades de normalização de conteúdo, oferta a ferramenta de controle de autoridade. Essa facilidade revela-se muito importante para normalização de campos que possuem grande ocorrência de variantes, tais como nome de autores e assuntos.

O DSPACE E O CONTROLE DE AUTORIDADE

A facilidade relacionada ao controle de autoridade está presente no DSpace desde a versão 1.6, sendo que a versão corrente disponível é a 3.1. Diferentemente dos sistemas de gerenciamento de bibliotecas, essa facilidade pode ser aplicada a qualquer campo no DSpace, pois é sempre possível adicionar novos descritores que atendam às especificações do repositório, e vinculá-los a uma determinada base de controle de autoridade.

O caso padrão de controle pode ser simulado com a configuração da versão corrente do DSpace (3.1), agindo sobre o campo autor. Este é mantido no padrão Dublin Core Qualificado (QDC) pelo campo de metadado “dc.contributor.author”, onde: dc é o esquema de metadados; *contributor*, o elemento; e *author*, o qualificador, que possibilita sua vinculação à base de dados *Library of Congress Names Authority File - LC Names*. Para que o sistema realize a validação do controle é necessário que se informe qual a URL da base utilizada, a qual será um banco externo ao sistema, extenso e de multiuso. Neste caso, o acesso à base se dá por meio do endereço Web: <http://alcme.oclc.org/srw/search/lcnaf>.

Por ser uma facilidade nativa do DSpace, de acordo com a *DuraSpace wiki* (<https://wiki.duraspace.org>), para que se ative a função de controle, as configurações do sistema podem ser realizadas por meio de edição do arquivo `dspace.cfg`. Os parâmetros a serem modificados se resumem aos que seguem:

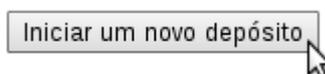
- `webui.browse.index.n;`
- `plugin.named.org.dspace.content.authority.ChoiceAuthority;`
- `plugin.selfnamed.org.dspace.content.authority.ChoiceAuthority;`

- `lcname.url;`
- `authority.minconfidence;`
- `choices.plugin.dc.contributor.author;`
- `choices.presentation.dc.contributor.author;`
- `choices.closed.dc.contributor.author;`
- `authority.controlled.dc.contributor.author;`
- `authority.minconfidence.dc.contributor.author.`

Ao se estabelecer essa mudança, tem-se o controle de autoridade agindo tanto no processo de descrição quanto na recuperação dos documentos digitais. Com isso, é possível atuar em dois dos principais processos do sistema, gerando facilidades, tanto para os produtores quanto para os usuários de informação do repositório.

A vinculação à base controle ocorre no processo de submissão de um novo documento. Ação que pode ser iniciada quando se entra no espaço particular do usuário, chamado de “Meu Espaço”, e se clica no botão “Iniciar um novo depósito” (Figura 1).

Figura 1 - Iniciar um novo depósito



Fonte: DSpace, 2013.

Para que se dê sequência a operação é necessário que se preencha os campos relacionados à descrição documento. O sistema permite que se acione a base *LC Names* por meio do botão , que se localiza ao lado do nome do autor (Figura 2). Deve-se preencher os campos de nome e sobrenome para que se realize a busca na base por termos semelhantes. O sistema fornecerá, em uma janela do formato *poup-up*, uma lista de sugestões para os termos descritores do autor (Figura 3), e ao se selecionar e aceitar uma das opções, gera-se um número de controle, o qual passará a ser a identificação do autor na base do repositório. O símbolo  representa a correta vinculação do registro a base *LC Names* (Figura 4).

Figura 2 - Acionamento da base *LC Names*.

	<i>último nome + "Jr"</i>	<i>Primeiro(s) nome(s)</i>	
	ex. Silva	ex. João	
Authors	<input type="text" value="Candido"/>	<input type="text" value="Maria"/>	 <input type="button" value="Adicionar mais"/> <input type="button" value="Buscar este resultado"/>

Fonte: DSpace, 2013.

Figura 3 - Sugestões para os termos descritores do autor

Buscar autor na LC Nome de autoridade

Resultados 1 até 8 do 8 até "Candido, Maria"

- Cândido, Maria Fernanda, 1974-
 - Nívea Maria, 1947-
 - Souza, Ivone M. C. Coelho de
 - Pereira, Vera Maria Candido, 1940-
 - Dugini de De Cândido, María Inés
 - Candido, Maria**
 - Menezes, Maria Thereza C. G. de
 - Valor local 'Candido, Maria' (não em Nome de autoridade)
- Candido

Último nome, por exemplo, "Silva" Maria

Primeiro(s) nome(s), por exemplo, "Maria"
- Aceitar Ver mais resultados Cancelar

Fonte: DSpace, 2013.

Figura 4 - Vinculação à base LC Names

último nome + "Jr"
ex. **Silva**

Primeiro(s) nome(s)
ex. **João**

Authors Candido Maria

Fonte: DSpace, 2013.

Obtém-se um filtro específico para registros que possuem controle de autoridade, o qual é acessado na barra lateral esquerda, junto aos demais filtros (Figura 5). Ao se clicar neste, visualiza-se apenas os registros que foram efetuados com o controle. Se o objetivo for uma lista completa de registros, organizados por autor, basta que se clique no filtro "Autor" (o terceiro na lista de opções do submenu navegar, na barra lateral esquerda). As chamadas que possuem controle de autoridade são destacados com a presença do símbolo  à frente do nome (Figura 6).

Figura 5 - Filtro de controle de autoridade de autor



Fonte: DSpace, 2013.

Nas buscas avançadas é possível recuperar um determinado registro digitando apenas seu número de controle, o qual é sugerido em uma lista de valores no filtro “Autor - Identificado” (Figura 7). A mesma lista de sugestões ocorre quando se digita frações do nome que deseja buscar, por meio do filtro “Autor - Contém” (Figura 8).

Figura 6 - Listagem de registros por autor

Ir para: [0-9](#) [A](#) [B](#) [C](#) [D](#) [E](#) [F](#) [G](#) [H](#) [I](#) [J](#) [K](#) [L](#) [M](#) [N](#) [O](#) [P](#) [Q](#) [R](#) [S](#) [T](#) [U](#) [V](#) [W](#) [X](#) [Y](#) [Z](#)

ou entre com as primeiras letras: Ir

Ordem: Ascendente ▼ Resultados/Página 20 ▼ Atualizar

Mostrando resultados 1 a 10 de 10

Andrade, Carlos [1]
Andrade, João [1]
Andrade Pallares, Carlos [1]
Casagrande, Carlos [1]
Gana, Amanda Abad Santos- [1]
Pinho, Joana Maria Balsa Carvalho de [1]
Ribeiro, Washington Alves [1]
teste2, teste2 [1]
teste3, teste3 [1]
teste, teste [1]

Mostrando resultados 1 a 10 de 10

Fonte: DSpace, 2013.

Figura 7 - Sugestões de valores dos identificadores do controle de autoridade

Buscar

Buscar em: ▼

por Ir

[Iniciar uma nova busca](#)

Adicionar filtros:
Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

Autor ▼ Identificado ▼

Adicionar

Resultados/Página 10 ▼ | Ordenar registros ▼

Todos ▼ Atualizar

- no 96063189 (1)
- no2003003067 (1)
- no2003129047 (1)
- no2004089372 (1)
- no2010181151 (1)

Fonte: DSpace, 2013.

Figura 8 - Sugestões de frações dos valores para o campo Autor

Buscar

The image shows a search interface with the following elements:

- Search Bar:** "Buscar em: Todo o repositório" (dropdown), "por" (input field), and "Ir" (button). A link "Iniciar uma nova busca" is below.
- Adicionar filtros:** "Utilizar filtros para refinar o resultado de busca." Below are "Autor" (dropdown), "Contém" (dropdown), and "Adicionar" (button).
- Search Results:** "Resultados/Página 10" (dropdown), "Ordenar registros" (dropdown), "Todos" (dropdown), and "Atualizar" (button).
- Dropdown Menu:** A search input "a" has a dropdown menu with suggestions: "andrad (7)", "abad (1)", "alv (1)", and "amanda (1)".

Fonte: DSpace, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle de autoridade se apresenta como peça chave para a normalização de campos com grande ocorrência de variação. Para tanto, ele pode ser implementado em vários campos (metadados) dos repositórios implementados com DSpace. Entretanto, do ponto de vista empírico, revela-se mais promissor o controle dos campos de autoria, contribuição, orientação e assunto, visto que se requer uma base de dados apropriada para que esta se integre ao DSpace, efetuando completude da facilidade.

Nota-se que para campos que possuem uma variação limitada de valores, tal como tabela de áreas do conhecimento do CNPq, pode-se fazer uso das taxonomias, facilidade também disponível no DSpace. Nesse caso, o conteúdo da taxonomia não deverá ser extenso e será armazenada internamente à ferramenta em um arquivo no formato *Extensible Markup Language* (XML). Assim, a facilidade de controle de autoridade imprime uma maior complexidade para a implementação, visto que requer uma base de dados externa ao DSpace e pode conter uma estrutura de dados mais robusta.

Muitos sistemas gerenciadores de biblioteca possuem bases de controle de autoridade, o que pode ser de grande utilidade para a implementação dessa facilidade nos repositórios. Cabe ressaltar que os repositórios institucionais, em geral, mantêm somente a produção intelectual de sua instituição, o que nem sempre possui reflexo na base de dados de autoridade do sistema gerenciador de acervo da biblioteca. Assim, em grande parte dos casos, requer-se a criação de base de dados de autores específica para o repositório.

Outro ponto importante revela-se nas questões de administração do repositório. Com os dados de autoria normalizados, é possível obter uma visão global, consolidada, da produção intelectual de uma instituição por autoria, e das relações entre autores e seus respectivos departamentos, e ainda outras vantagens, como a possibilidade de associação com bases de dados externas. Um bom exemplo seria a Plataforma Lattes. Esses indicadores, mais precisos devido à normalização, podem ser de grande utilidade à gestão acadêmica.

Por fim, por tudo exposto, a facilidade do controle de autoridade, disponível no DSpace, apresenta-se com um facilitador, que aplicado ao processo de entrada dos

documentos digitais no repositório, torna-se extremamente útil para várias finalidades, transcendendo as ações de recuperação. Revela-se como um auxílio para resolução de variações e desambiguação em campos como os de autoria, que tanto impõe desafios nos processos descritivos e de recuperação

REFERÊNCIAS

AGUILLO, I. F. et al. Indicators for a webometric ranking of open access repositories. *Scientometrics*, v. 82. n 3, p. 477-486, 2010.

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. da C. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3. Rio de Janeiro, Brasil, Outubro 4-5, 2012. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/18843/>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

BORBINHA, J. Authority control in the world of metadata. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AUTHORITY CONTROL: definition and international experiences. Florence, 10-12 Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.unifi.it/universita/bibliotecha/ac/en/program.htm>>. Acesso em: 25 maio 2013.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo, *Anais...* São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

BURGER, R. H. **Authority work**: the creation, use, maintenance, and evaluation of authority records and files. Littleton: Libraries Unlimited, 1985.

CASTRO, F. F. **Padrões de representação e descrição de recursos informacionais em bibliotecas digitais na perspectiva da ciência da informação**: uma abordagem do Marc on initiative na era da web semântica. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2008.

CROW, R. **The case for institutional repositories**: a SPARC position paper. Washington: Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition, 2002. Disponível em: <http://www.sparc.arl.org/bm~doc/ir_final_release_102.pdf>. Acesso em: 25 maio 2013.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

DIGITAL REPOSITORY INFRASTRUCTURE VISION FOR EUROPEAN RESEARCH. **Directrizes DRIVER 2.0**: directrizes para fornecedores de conteúdos: exposição de recursos textuais com o protocolo OAI-PMH. (Versão portuguesa Serviços Documentação da Universidade do Minho, abr. 2009). Disponível em: <http://www.driver-support.eu/documents/DRIVER_Guidelines_v2_Final__PT.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

DSPACE. Software. Disponível em: <http://dspace.ibict.br/index.php?option=com_content&task=view&id=39&Itemid=73>. Acesso em: 20 maio 2013.

FUSCO, Elvis. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

FUSCO, Elvis. **Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação: perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais**. 2010. 249 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

HERRERO PASCUAL, C. El control de autoridades. **Anales de Documentación**, n. 2, p. 121-136, 1999.

KURKI, J.; HYVONEN, E. **Authority control of people and organizations on the semantic web**. Disponível em: <<http://www.seco.tkk.fi/publications/2009/kurki-hyvonen-onki-people-2009.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

PATTON, G. E. **Functional requirements for authority data: a conceptual model**. München: K. G. Saur, 2009.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília: Edição de autor, 2005.

TARAPANOFF, K.; ARAÚJO JÚNOR, R. H. de; CORMIER, P. M. J. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, 2000.

TILLET, B. B. et al. **IFLA Cataloguing Principles: steps towards an International cataloguing Code**. Pretoria: Walter de Gruyter editor, 2008.